

**CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**  
**Pós-Graduação Lato Sensu em**  
**Docência na Educação Profissional e Tecnológica**

**DAVI DOS SANTOS SALES**

**A VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL EM**  
**COMPARAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR**

PORTO VELHO  
2026

**DAVI DOS SANTOS SALES**

**A VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL EM  
COMPARAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso (modalidade artigo) apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso de Pós-Graduação em Docência na EPT, sob a orientação do professor orientador Me. Oséias Lima da Silva.

PORTO VELHO  
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Sales, Davi dos Santos.

A valorização da formação técnica e profissional em comparação com o ensino superior / Davi dos Santos Sales. - Porto Velho, 2026. 27 f. : il.

Orientador(a): Prof. Me. Oséias Lima da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. educação profissional e tecnológica. 2. rede federal. 3. justiça social . I. Silva, Oséias Lima da (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Gizele de Melo Viana, CRB-11/914

## A VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL EM COMPARAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso (modalidade artigo) apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso de Pós-Graduação em Docência na EPT, sob a orientação do professor orientador Me. Oséias Lima da Silva.

Aprovado em: 27/03/2026 pela banca examinadora.



Documento assinado digitalmente  
**ANA CLAUDIA DIAS RIBEIRO**  
Data: 09/04/2026 21:18:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Dra. Ana Cláudia Dias  
Ribeiro Membro da Banca**



Documento assinado digitalmente  
**ALINE VIEIRA DE MELO SILVA**  
Data: 09/04/2026 21:32:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Dra. Aline Vieira de Melo Silva  
Membro da Banca**



Documento assinado digitalmente  
**OSEIAS LIMA DA SILVA**  
Data: 08/04/2026 21:33:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Me. Oséias Lima da  
Silva Orientador**

## **A VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL EM COMPARAÇÃO COM O ENSINO SUPERIOR**

**RESUMO:** A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil é analisada como uma trajetória historicamente marcada por uma dualidade entre a formação acadêmica e a formação para o trabalho, o que ainda exerce influência sobre sua valorização social. O estudo investiga de que forma políticas públicas recentes, a expansão da Rede Federal e a integração curricular reposicionam a EPT como um caminho formativo legítimo e complementar ao ensino superior, buscando compreender seu papel na inclusão social, no desenvolvimento regional e na construção de projetos de vida autônomos. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental com análise de literatura especializada e relatórios estatísticos sobre currículo integrado, verticalização do ensino e indicadores educacionais comparativos. Os resultados indicaram que, embora a desvalorização técnica decorra de heranças estruturais classistas, a ampliação da Rede Federal e os programas de integração escolar-profissional modificaram gradualmente esse cenário, melhorando a permanência e a inserção profissional, especialmente entre estudantes de baixa renda. Conclui-se que a valorização da EPT depende do reconhecimento institucional e da consolidação de sua identidade formativa integrada como estratégia capaz de promover autonomia e cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação profissional e tecnológica; rede federal; justiça social.

**ABSTRACT:** Professional and Technological Education (EPT) in Brazil is analyzed as a trajectory historically marked by a duality between academic and vocational training, which still influences its social valuation. The study investigates how recent public policies, the expansion of the Federal Network, and curricular integration reposition EPT as a legitimate and complementary formative path to higher education, aiming to understand its role in social inclusion, regional development, and the construction of autonomous life projects. To this end, bibliographic and documentary research was conducted with an analysis of specialized literature and statistical reports on integrated curriculum, verticalization of education, and comparative educational indicators. Results indicated that, while technical devaluation stems from class-based structural legacies, the expansion of the Federal Network and school-professional integration programs have gradually modified this scenario, improving retention and professional insertion, especially among low-income students. It concludes that the valuation of EPT depends on institutional recognition and the consolidation of its integrated formative identity as a strategy capable of promoting autonomy and citizenship.

**KEYWORDS:** professional and technological education; federal network; social justice.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), instituída como política pública no Brasil e regulamentada por marcos legais como a Lei nº 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), tem como finalidade a formação de profissionais qualificados para atender às demandas do mundo do trabalho e ao desenvolvimento social e econômico do país.

Essa modalidade de ensino tem se consolidado como uma resposta às exigências do mercado privado, ao oferecer uma formação mais técnica, prática e diretamente ligada às necessidades produtivas (MOURA, 2007). No entanto, esse movimento tem sido alvo de críticas de pesquisadores da área da educação, que apontam para o fortalecimento de uma perspectiva tecnicista na organização da oferta escolar. Nessa lógica, a educação passa a ser orientada principalmente pela formação de mão de obra para atender às demandas do mercado, o que pode reduzir o processo educativo a uma preparação rápida para o trabalho (SAVIANI, 2007). Para Frigotto (2012), quando a educação se subordina às necessidades imediatas do mercado, corre-se o risco de limitar a formação dos estudantes a uma dimensão apenas instrumental, enfraquecendo seu papel na formação crítica e no desenvolvimento humano mais amplo.

Com cursos de menor duração e ênfase no desenvolvimento de competências profissionais, a formação técnica tem se apresentado como uma alternativa acessível e viável para muitos estudantes, especialmente em contextos regionais marcados por demandas econômicas específicas (OLIVEIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2023). Diferentemente do ensino superior, que costuma priorizar uma formação acadêmica mais aprofundada e voltada à produção de conhecimento científico, a educação técnica tende a enfatizar a preparação para o exercício profissional (SILVA; HEIJMANS; MOREIRA, 2020). Ainda assim, ambas as modalidades fazem parte do sistema educacional e devem contribuir para a formação integral do estudante, articulando conhecimentos científicos, sociais e humanos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

A EPT foca diretamente nas demandas do mercado, o que torna seu impacto mais imediato. Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por exemplo, a integração entre ensino, pesquisa e extensão contribui para aproximar o estudante das realidades locais e regionais, possibilitando o desenvolvimento de soluções concretas para os problemas da comunidade. Assim, a formação técnica não apenas prepara o estudante para o mercado de trabalho, mas também contribui para o desenvolvimento regional, ao atender às necessidades específicas de cada local (Frigotto, 2012).

Nessa direção, o presente estudo analisa a formação técnica no âmbito da EPT, compreendendo-a não como substituta do ensino superior, mas como uma possibilidade formativa inserida em um cenário educacional mais amplo, especialmente em contextos regionais específicos. Além disso, discute a valorização dessa modalidade em comparação ao ensino superior e os fatores que podem influenciar a escolha entre essas duas trajetórias educacionais.

A escolha do tema também se relaciona com a trajetória formativa e profissional do autor deste estudo. Como arquiteto e estudante da Pós-Graduação em Docência na EPT, o contato com os debates despertou o interesse em compreender de forma mais aprofundada o papel da formação técnica no cenário educacional brasileiro. No campo da arquitetura, por exemplo, observa-se a atuação de profissionais formados em cursos técnicos, como o técnico em edificações ou projetista, cujas atividades dialogam diretamente com áreas tradicionalmente associadas ao ensino superior. Essa proximidade entre campos de atuação evidencia a necessidade de refletir sobre a valorização social dessas diferentes trajetórias formativas, bem como sobre os fatores que influenciam a escolha entre o ensino técnico e o ensino superior.

O estudo considera o processo de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, bem como a expansão da EPT nas últimas décadas, evidenciada pelo crescimento das matrículas em cursos técnicos, pela integração ao ensino médio e pela implementação de programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a Educação de Jovens Adultos (EJA) integrada à educação profissional e iniciativas voltadas a públicos específicos, como o Programa Mulheres Mil.

A análise parte do entendimento de que a educação, conforme preconiza a legislação educacional brasileira, deve contemplar tanto a formação para o trabalho quanto para o exercício da cidadania, não se restringindo a uma lógica meramente instrumental ou adaptativa às demandas imediatas do mercado. Nesse sentido, problematiza-se a apresentação da EPT como única alternativa formativa para determinados segmentos sociais, sobretudo os mais empobrecidos, reconhecendo que a formação profissional deve estar articulada a condições de trabalho dignas, à ampliação do acesso aos bens socialmente produzidos e à garantia de direitos, em consonância com princípios defendidos por organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A escolha do tema também se relaciona com a minha trajetória formativa e profissional. Atuando como arquiteto e agora como estudante da Pós-Graduação em Docência na EPT, observo, por exemplo, a atuação de profissionais formados em cursos técnicos, como o técnico em edificações ou projetista, cujas atividades dialogam diretamente com áreas tradicionalmente associadas ao ensino superior. Essa proximidade evidencia a necessidade de refletir sobre a valorização social dessas diferentes trajetórias formativas.

Nessa direção, o presente estudo analisa a formação técnica no âmbito da EPT, compreendendo-a não como substituta do ensino superior, mas como uma possibilidade formativa inserida em um cenário educacional mais amplo. Além disso, discute a valorização dessa modalidade em comparação ao ensino superior e os fatores que influenciam a escolha entre essas duas trajetórias educacionais.

A fundamentação teórica deste trabalho pauta-se nas reflexões de autores como Frigotto (2012), Saviani (2007) e Ramos (2014). As contribuições desses autores, especialmente no que se refere à formação humana integral e ao trabalho como princípio educativo, são fundamentais para compreender as tensões entre uma formação meramente instrumental e uma formação voltada à cidadania, sustentando a análise crítica sobre o papel social da educação profissional no Brasil.

O presente trabalho está organizado em três seções principais. Na primeira, discute-se o contexto da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, bem como

os principais debates teóricos sobre a formação técnica e sua relação com o mundo do trabalho. Na segunda, aborda-se a relação entre a formação técnica e o ensino superior, analisando suas características, possibilidades e limites no cenário educacional brasileiro. Por fim, apresentam-se as reflexões finais do estudo, destacando as contribuições dessas modalidades para as trajetórias profissionais dos estudantes e para o desenvolvimento regional.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, conforme define Minayo (2012, p. 22), a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um fenômeno social, trabalhando com "um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes", o que se alinha perfeitamente ao objetivo de compreender a valorização da formação técnica em seus aspectos sociais e educacionais.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é de natureza bibliográfica e documental. Com base nessa opção, compreende-se que a pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, sendo fundamental para conhecer as contribuições já existentes sobre o tema. Já a pesquisa documental, segundo Cellard (2008), vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados, como legislações e documentos institucionais.

Nessa linha de compreensão, o estudo busca compreender, a partir dessas fontes, como a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido valorizada em comparação com o ensino superior, com foco no desenvolvimento regional e na inserção no mercado de trabalho.

A seleção das leituras foi feita de forma crítica e analítica, priorizando autores reconhecidos na área da educação profissional já mencionados, que discutem a EPT no contexto das políticas educacionais e sua relação com o mundo do trabalho. Desse modo, foram analisados, ainda, documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e a legislação pertinente à temática.

Artigos acadêmicos, livros especializados e periódicos em bases de dados confiáveis (*Google Acadêmico* e *Oasisbr*) comporam o conjunto de fontes utilizadas.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esta seção apresenta os resultados extraídos da análise qualitativa do material bibliográfico e documental selecionado. Os dados evidenciam que a atual desvalorização da EPT não é um fenômeno isolado, mas o reflexo de construções históricas e políticas que moldaram o sistema educacional brasileiro.

#### **3.1. A Dualidade Histórica e a Herança Estrutural na EPT**

A análise dos dados bibliográficos e documentais evidencia que, historicamente, a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil foi marcada por uma dualidade estrutural que associou o ensino técnico às classes trabalhadoras, enquanto o ensino propedêutico esteve tradicionalmente vinculado às elites. Essa organização educacional expressa uma divisão entre diferentes formas de conhecimento e de formação, refletindo desigualdades sociais presentes na própria estrutura da sociedade brasileira. Nascimento e Bezerra (2013) analisam que a escola brasileira consolidou uma lógica de separação entre formação intelectual e formação manual, destinando a educação técnica aos chamados “filhos de operários e desvalidos da sorte”. Nesse sentido, entende-se que:

Existe uma carga de preconceito que historicamente circunda a educação profissional, até mesmo as leis orgânicas da década de 40 retratam esse estereótipo e trazem textualmente que educação profissional é destinada para os filhos de operário e desvalidos da sorte (CEEP, 2008, p. 4).

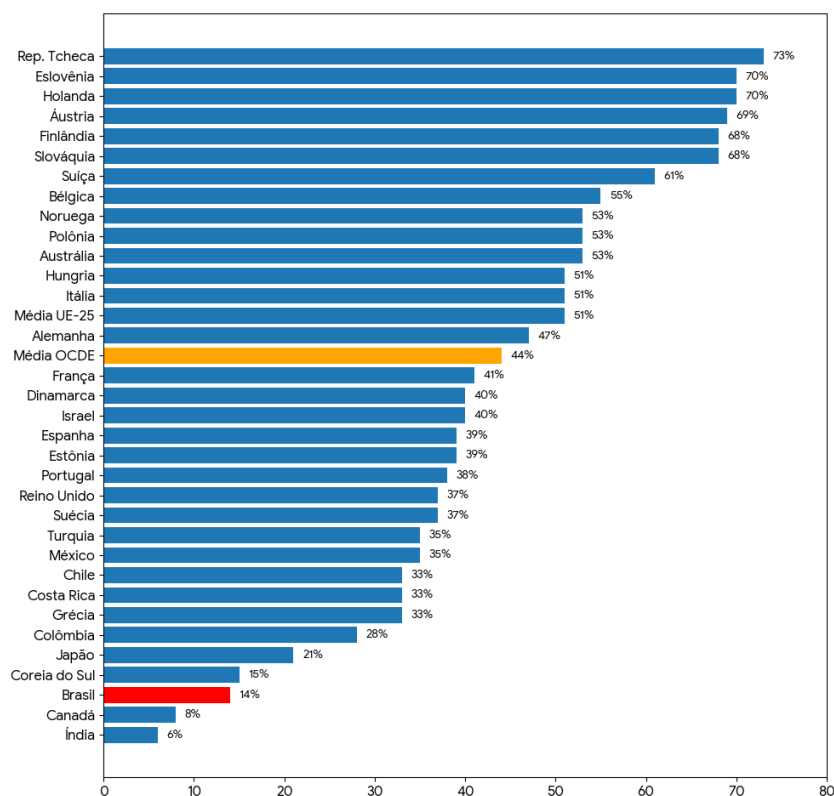
Dessa forma, os resultados da análise apontam que esse estigma histórico permanece como uma barreira cultural que ainda influencia a percepção de inferioridade da formação técnica no imaginário social contemporâneo. Essa herança histórica contribuiu para a construção de um estigma social em torno da educação profissional, reforçando a percepção de inferioridade do ensino técnico em relação ao ensino superior e produzindo barreiras culturais que ainda influenciam o imaginário

social contemporâneo. Assim, o preconceito em relação à formação técnica não se reduz a uma impressão subjetiva, mas resulta de um processo histórico de organização da educação em bases classistas, que naturalizou a dicotomia entre saber intelectual e saber técnico.

### 3.2 Experiências Internacionais e Modelos de Valorização da Formação Técnica

A análise de experiências internacionais permite compreender como diferentes países estruturam e valorizam a educação profissional em seus sistemas educacionais. Em diversas nações, a formação técnica ocupa um papel central na organização do ensino médio, sendo reconhecida como uma trajetória formativa legítima e socialmente valorizada. A comparação com esses contextos internacionais contribui para evidenciar contrastes importantes em relação à realidade brasileira, especialmente no que se refere à participação de estudantes em programas de educação profissional. Para endossar essa discussão, a figura abaixo elenca o quantitativo de matrículas de alguns países da Europa.

Figura 01 - Estudantes do ensino médio matriculados em educação profissional



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da OCDE ( 2025).

Conforme apresentado na Figura 1, observa-se que, diversos países apresentam níveis significativamente elevados de estudantes do ensino médio matriculados em programas de educação profissional, fato esse que demonstra a forte integração entre a formação técnica e os sistemas educacionais dessas nações.

A partir ainda dos dados explicitados, percebe-se que em diversos países europeus a participação dos estudantes na educação profissional é bastante expressiva. Na República Tcheca, por exemplo, cerca de 73% dos estudantes do ensino médio estão matriculados em programas de formação técnica, seguida por países como Eslovênia, Holanda e Áustria, que também apresentam percentuais elevados (OCDE, 2025). Esse cenário indica uma valorização significativa da formação técnica nesses contextos, realidade em que a modalidade de ensino é reconhecida como parte estruturante do sistema educacional e como um importante via de inserção no mundo do trabalho.

Em contraste ao panorama apresentado, o Brasil apresenta um percentual significativamente menor de estudantes matriculados em programas de educação profissional, com cerca de 14%. Observando ainda os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2025), a média dos países analisados alcança aproximadamente 44% de estudantes inseridos nesse tipo de formação. Esse dado evidencia um distanciamento significativo entre o cenário brasileiro e o contexto internacional.

A baixa participação brasileira na educação profissional pode ser compreendida à luz da herança histórica de dualidade educacional discutida anteriormente, na qual o ensino técnico foi frequentemente associado às classes trabalhadoras, enquanto o ensino propedêutico foi tradicionalmente valorizado como caminho preferencial para o ensino superior. Essa estrutura histórica contribuiu para a construção de um imaginário social que tende a atribuir maior prestígio ao ensino superior, influenciando as escolhas educacionais e profissionais dos estudantes.

Dados do Censo Escolar de 2024 corroboram essa disparidade, pois embora o Brasil tenha atingido 2,57 milhões de matrículas totais em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a proporção de estudantes do ensino médio em programas vocacionais alcançou apenas 17,2% (MEC/INEP, 2024). Mesmo com o crescimento

de 3,4 pontos percentuais registrado entre 2022 e 2024, o índice nacional permanece significativamente inferior aos mais de 40% observados em países Europeus, evidenciando que a ampliação da oferta de cursos técnicos no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais relacionados à valorização social dessa modalidade de ensino.

Essa convergência de indicadores demonstra que, apesar dos avanços recentes, o Brasil ainda enfrenta desafios para consolidar a formação profissional no ensino médio em patamar semelhante ao observado em diversos países. Embora o ensino superior tenha papel central na formação científica e acadêmica, o fortalecimento da EPT também se mostra necessário para ampliar as possibilidades formativas dos estudantes. Nesse sentido, parte da literatura aponta que a forma como a recente reforma do ensino médio foi implementada tem gerado debates quanto à sua capacidade de promover uma formação profissional consistente, articulada às demandas sociais e à formação humana integral.

Autores como Saviani (2007) e Frigotto (2012) destacam que essa herança contribuiu para a construção de um imaginário social no qual o ensino superior tende a ser associado a maior prestígio acadêmico e social, enquanto a educação profissional muitas vezes é percebida como alternativa secundária. Esse processo ajuda a compreender por que a ampliação da EPT no país envolve não apenas o aumento das matrículas, mas também a superação de concepções históricas que hierarquizam diferentes formas de conhecimento.

Nesse cenário comparativo, a experiência da Holanda oferece um referencial relevante para compreender como políticas públicas podem contribuir para alterar a percepção histórica sobre a formação profissional. Conforme documentado pela Organização Holandesa para a Internacionalização da Educação (NUFFIC, 2023) e corroborado pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP, 2022), o sistema holandês organiza a educação profissional de forma estruturada por níveis de qualificação. Destaca-se o MBO-4 (*Middelbaar Beroepsonderwijs* nível 4), considerado o nível mais elevado da formação técnica secundária, com duração média de três a quatro anos. Esse percurso apresenta semelhanças estruturais com o ensino médio técnico integrado brasileiro, ao articular formação geral e qualificação profissional.

A adoção de modelos semelhantes no contexto brasileiro encontra limitações relacionadas a fatores históricos, sociais e institucionais. Entre esses fatores, destacam-se as desigualdades socioeconômicas, soma-se a isso a limitada articulação entre instituições educacionais e setor produtivo, agravada pela elevada informalidade do mercado de trabalho no país, o que dificulta a implementação de modelos de formação profissional baseados em aprendizagem dual em larga escala.

Além disso, a ampliação de um ensino médio integrado de alta qualidade exige investimentos significativos em infraestrutura, formação docente e equipamentos tecnológicos, o que se torna particularmente desafiador diante das restrições orçamentárias e das desigualdades educacionais acumuladas ao longo da educação básica. Nesse sentido, refletir sobre essas circunstâncias evidencia que o fortalecimento da EPT depende não apenas de reformas curriculares, mas também de políticas públicas consistentes e de longo prazo capazes de articular educação, desenvolvimento econômico e inclusão social.

O sucesso do modelo Holandês, torna-se evidente ao analisar as profissões da área da saúde, como a enfermagem, nas quais a distinção entre formação técnica e acadêmica assume configurações normativas distintas das observadas no Brasil. Na Holanda, por exemplo, o reconhecimento profissional é mediado pelo BIG-register (*Beroepen in de Individuele Gezondheidszorg*), sistema público de registro das profissões da saúde que regulamenta o exercício profissional no país. Trata-se de um cadastro oficial que reúne profissionais de saúde autorizados a exercer determinadas atividades reguladas por lei, permitindo apenas aos indivíduos registrados utilizar títulos profissionais protegidos e realizar atos clínicos específicos (BIG-REGISTER, 2025). Esse mecanismo institucional estabelece uma relação direta entre formação, certificação e exercício profissional, fortalecendo a credibilidade social das formações técnicas e acadêmicas na área da saúde.

Diferentemente dos conselhos profissionais brasileiros, como o Conselho Regional de Enfermagem (COREN), o *BIG-register* não opera como entidade corporativa de representação, mas como um rigoroso instrumento público de autorização e controle. Esse arranjo institucional na Holanda produz efeitos diretos na valorização e na inserção do técnico de enfermagem. Relatórios sobre o sistema

educacional holandês apontam que a vasta maioria dos concluintes do nível técnico (MBO-4) ingressa imediatamente no mercado com altos índices de ocupação logo no primeiro ano.

Essa rápida absorção evidencia que, no modelo holandês, o técnico é enxergado com prestígio, o reconhecimento social não decorre apenas de carga horária, mas de um enquadramento legal que valida a sua competência técnica como plenamente suficiente para o exercício da profissão. Em contraste, o contexto normativo brasileiro perpetua a hierarquização da carreira, atrelando a autonomia decisória e o status profissional quase que exclusivamente ao grau acadêmico de ensino superior

Essa discrepância de prestígio também se manifesta no setor da construção civil. No Brasil, por exemplo, o Técnico em Edificações, embora possua atribuições regulamentadas e possa assumir responsabilidade técnica dentro de limites legais, tem sua atuação frequentemente concentrada em funções operacionais ou de apoio, especialmente em estruturas hierarquizadas lideradas por engenheiros e arquitetos. Essa configuração reflete uma tradição que associa maior reconhecimento social ao diploma de nível superior.

Em países com forte tradição na Educação Profissional e Tecnológica, a formação técnica integra sistemas consolidados nos quais o técnico em construção ocupa posição estratégica na cadeia produtiva. Ainda que não haja equivalência plena com a engenharia, a carreira técnica é socialmente reconhecida como percurso profissional finalístico, com maior legitimidade e valorização no mercado. Essa configuração não decorre apenas de dinâmicas culturais ou de práticas empresariais isoladas, mas de arranjos institucionais e políticas públicas que sustentam, de forma deliberada, o prestígio e a atratividade da formação profissional (CEDEFOP, 2022).

É nesse cenário que se insere a *Werkagenda* mbo 2023–2027, política pública implementada nos Países Baixos com o objetivo de fortalecer institucionalmente a educação profissional de nível médio. Com investimento estimado em 3,8 bilhões de euros, a agenda estabelece diretrizes voltadas à equiparação do status social dos estudantes da formação profissional em relação aos universitários, assegurando

direitos, benefícios estudantis e reconhecimento público equivalentes (PAÍSES BAIXOS, 2023).

Mais do que um programa de ampliação de vagas, trata-se de uma estratégia de Estado orientada à consolidação da identidade da formação profissional como trajetória legítima e de alta qualificação.

Ao comparar esse modelo com o cenário brasileiro, observa-se que a valorização da formação profissional exige não apenas infraestrutura e ampliação de matrículas, mas também revisão normativa e simbólica do lugar ocupado pelo técnico na estrutura produtiva, demandando a superação da dualidade estrutural que historicamente separa o ensino propedêutico do ensino técnico no Brasil (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Enquanto o modelo holandês reconhece a competência prática certificada como fundamento de autonomia profissional, o sistema brasileiro ainda vincula prestígio e soberania decisória ao bacharelado. A experiência internacional demonstra que a formação profissional pode constituir um percurso formativo de primeira ordem quando respaldada por políticas consistentes de reconhecimento institucional, rompendo com a lógica histórica de subordinação do trabalho manual e técnico e afirmando-se como estratégia central de desenvolvimento e inclusão social (SAVIANI, 2007).

### **3.3 Expansão da Educação Profissional no Brasil e a Reconfiguração Institucional da Rede Federal de EPT**

Nas últimas décadas, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil vem passando por um processo de expansão e maior inserção nas políticas públicas educacionais, ainda que sem superar integralmente as hierarquias históricas que estruturam o sistema brasileiro (Moura, 2007). Esse movimento não representou a eliminação da marginalização simbólica da formação técnica, mas sinalizou uma tentativa de reposicionamento institucional no interior do ensino médio e das estratégias de desenvolvimento nacional.

No primeiro momento dessa expansão, a estratégia foi claramente massiva. Programas federais buscavam aumentar rapidamente o acesso, e o Programa

Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) simbolizou esse movimento ao alcançar mais de 9,4 milhões de matrículas entre 2011 e 2015 (Campos; Pontes, 2016). Ao mesmo tempo, iniciativas direcionadas a grupos específicos, como o Programa Mulheres Mil, mostraram que a formação profissional também poderia atuar como política de inclusão social, articulando qualificação, autonomia econômica e reconhecimento de cidadania.

Depois desse ciclo inicial, porém, a política mudou de lógica. O foco deixou de ser um grande programa centralizado com números acumulados de matrículas e passou a ser a incorporação permanente da educação profissional ao sistema educacional, especialmente pela ampliação do ensino médio integrado e pela atuação contínua da Rede Federal e das redes estaduais.

Assim, a expansão deixou de aparecer com várias vagas concentradas em um programa específico e passou a se manifestar como crescimento estrutural da EPT, com diversificação de ofertas e públicos atendidos. A implicação direta dessa mudança é que a educação profissional deixou de ser tratada como ação emergencial de qualificação rápida e passou a funcionar como política educacional contínua, voltada não apenas ao acesso ao trabalho imediato, mas à formação mais ampla dos sujeitos ao longo de sua trajetória escolar.

Um marco decisivo para a reconfiguração e valorização da EPT no país foi a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 2008, por meio da Lei nº 11.892. Este novo modelo institucional transformou as antigas escolas técnicas e agrotécnicas em Institutos Federais (IFs), conferindo-lhes uma identidade singular que une o ensino médio, o superior e a pós-graduação em uma mesma estrutura.

A criação dos IFs não representou apenas um aumento quantitativo de vagas, mas uma escolha política estratégica pela interiorização e democratização do conhecimento tecnológico e científico. Conforme demonstram Oliveira, Souza e Oliveira (2023, p.1), ao analisarem a expansão da Rede Federal, a interiorização dos campi revelou-se como política relevante para a "democratização e inclusão social", ao possibilitar o acesso à educação profissional em regiões antes desassistidas.

Ao elevar educação de excelência para essas regiões, os Institutos Federais passaram a atuar como instrumentos para o desenvolvimento local, vinculando a formação profissional às vocações produtivas de cada território e rompendo com a visão de que a técnica de qualidade deveria estar restrita aos grandes centros urbanos.

Dentro dessa lógica de democratização, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à educação profissional revelou-se um caminho consistente para a justiça social. Ao contrário de modelos que oferecem apenas uma escolarização compensatória, o currículo integrado permite que o trabalhador eleve sua escolaridade ao mesmo tempo em que obtém uma certificação técnica relacionada à sua trajetória de vida e trabalho.

Dessa forma, a EJA deixa de ser concebida como mera reparação de trajetórias escolares interrompidas, conforme perspectivas que a associaram historicamente a uma função compensatória, e passa a constituir uma possibilidade real de mobilidade social e apropriação crítica do conhecimento, afirmando-se como política pública de inclusão educacional e social.

O principal desafio permanece na construção de materiais didáticos contextualizados e na flexibilização dos tempos escolares, para que o estudante consiga conciliar trabalho e formação. Experiências como o Programa Mulheres Mil, com altas taxas de conclusão em regiões de baixo IDH, reforçam o potencial inclusivo da EPT, ainda que voltadas a públicos e formatos distintos. A consolidação da Rede Federal de Educação Profissional representou um avanço na oferta de um ensino, articulando ciência, trabalho, tecnologia e cultura em um mesmo projeto formativo.

Um dos maiores obstáculos para a eficácia desses programas (PRONATEC, EJA, Mulheres a Mil) é a evasão escolar na EPT, motivada principalmente pelo conflito entre o horário de estudo e a necessidade de trabalho. Na esteira desse entendimento, compreende-se que os cursos integrados possuem carga horária estendida, o jovem de baixa renda muitas vezes vê-se forçado a abandonar os estudos para contribuir com o sustento familiar. Além disso, a carência de assistência estudantil em campi distantes atua como um fator excludente. Sem mecanismos

robustos de permanência e êxito, o investimento público na expansão de vagas não atinge seu potencial pleno de transformação social.

Complementando esse ecossistema, a valorização da EPT nos Institutos Federais passa obrigatoriamente pelo processo de verticalização do ensino. Esse modelo permite que o estudante ingresse no ensino técnico e siga sua trajetória acadêmica até a pós-graduação dentro da mesma instituição, rompendo com a visão histórica de que a formação técnica seria um "fim de linha" educacional. A verticalização demonstra que a EPT é parte de um ecossistema acadêmico completo, oferecendo ao estudante uma perspectiva de crescimento contínuo que articula o conhecimento prático à pesquisa científica de alto nível.

Finalmente, entende-se que a valorização da formação técnica não pode se limitar à lógica utilitarista de atender às demandas imediatas do mercado, devendo ser uma escolha pedagógica e política comprometida com a emancipação dos sujeitos. Isso implica reconhecer a EPT como um direito e um caminho legítimo de elevação da escolaridade, capaz de avaliar sua qualidade educativa não apenas por resultados de mercado, mas pelo seu potencial transformador e socialmente relevante na vida das pessoas.

### **3.4 A Democratização e os Desafios do Ensino Superior**

O ensino superior no Brasil também passou por um processo de democratização sem precedentes nas últimas décadas, impulsionado por políticas públicas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que ampliaram o acesso de estudantes de baixa renda ao diploma universitário. Entretanto, essa expansão também trouxe desafios importantes, como o elevado índice de endividamento estudantil associado ao FIES e a inserção de muitos estudantes em instituições privadas com forte orientação mercantil, nas quais a produção científica e as atividades de pesquisa e extensão nem sempre apresentam o mesmo nível de consolidação observado em universidades públicas.

Apesar desses desafios, a universidade continua sendo um importante espaço de produção científica e formação profissional no Brasil. No entanto, pesquisas

recentes apontam para um descompasso entre a formação oferecida pelas instituições de ensino superior e as necessidades do mercado de trabalho. Um levantamento realizado pela Geofusion, empresa do grupo Cortex, a partir do cruzamento de dados do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), indica que, entre os dez cursos com maior número de matrículas no país, como Pedagogia, Direito e Administração, apenas cerca de 12% dos formados conseguem ocupar cargos que exigem nível superior. A maior parte acaba inserida em funções de menor qualificação, como assistente administrativo, auxiliar de escritório ou auxiliar de serviços jurídicos (Lavocat, 2024; O Tempo, 2025). Segundo análise apresentada no estudo, esse cenário evidencia um processo de redução da valorização da formação superior, no qual profissionais graduados passam a ocupar vagas que exigiriam apenas ensino médio, contribuindo para a diminuição da remuneração média e para a desvalorização do diploma no mercado de trabalho (O Tempo, 2025).

Ao mesmo tempo, alguns setores produtivos enfrentam dificuldades para contratar profissionais com formação técnica especializada. O *Mapa do Trabalho Industrial 2025–2027*, elaborado pelo Observatório Nacional da Indústria (ONI), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), estima que o Brasil precisará qualificar cerca de 14 milhões de trabalhadores para ocupações industriais até 2027. Desse total, aproximadamente 2,2 milhões correspondem à formação inicial de novos profissionais, enquanto cerca de 11,8 milhões deverão passar por processos de requalificação profissional (CNI, 2024; FIEPB, 2024). O estudo considera tanto o crescimento de determinados setores da economia quanto a necessidade de reposição de trabalhadores que deixarão o mercado formal nos próximos anos. Entre as áreas com maior demanda por profissionais qualificados destacam-se logística e transporte, construção civil, manutenção e reparação e o setor metalmeccânico (CNI, 2024; FIRJAN, 2024).

Esse contexto revela uma contradição importante no sistema de formação profissional brasileiro. Enquanto o país forma um grande número de graduados em áreas cuja absorção pelo mercado é limitada, setores como indústria, construção civil,

logística e manutenção industrial enfrentam escassez de trabalhadores com formação técnica. Dados do SENAI indicam que cerca de 80% das empresas brasileiras relatam dificuldade para preencher vagas qualificadas. Esse quadro coloca o Brasil na 11ª posição no ranking global de escassez de talentos, segundo a pesquisa *Global Talent Shortage*, realizada pelo *ManpowerGroup* (O dia, 2025). Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também reforçam essa situação ao indicar que a taxa de participação da população no mercado formal de trabalho ainda é relativamente baixa, estimada em cerca de 62,4%, o que contribui para ampliar o desequilíbrio entre oferta e demanda por qualificação profissional.

Além das dificuldades de inserção profissional, o ensino superior contemporâneo também enfrenta outros desafios relacionados à permanência e às condições de formação dos estudantes. Fenômenos como a chamada “inflação de diplomas”, caracterizada pela crescente exigência de títulos acadêmicos para ocupações que anteriormente não demandavam esse nível de escolaridade, têm sido acompanhados por pressões cada vez maiores sobre os estudantes. O ambiente acadêmico competitivo, associado às incertezas quanto à inserção no mercado de trabalho, tem contribuído para o aumento de quadros de ansiedade e desgaste emocional entre universitários.

Outro aspecto relevante refere-se aos índices de evasão no ensino superior, frequentemente associados a fatores como dificuldades financeiras, lacunas na formação básica e a necessidade de conciliar estudo e trabalho. Muitos estudantes ingressam na universidade sem condições materiais ou acadêmicas adequadas para garantir sua permanência, o que contribui para trajetórias educacionais interrompidas. Nesse contexto, modelos de formação mais flexíveis e articulados com o mundo do trabalho ganham relevância no debate educacional contemporâneo.

Diante desse cenário, torna-se necessário problematizar a ideia de que o ingresso imediato no ensino superior deve ser compreendido como o único caminho possível de formação após a educação básica. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) apresenta-se como uma alternativa relevante ao possibilitar a articulação entre formação escolar e qualificação para o trabalho. A formação técnica, ofertada de forma integrada ou concomitante ao ensino médio, pode contribuir para o

desenvolvimento de competências profissionais e ampliar as possibilidades de inserção produtiva, permitindo que os estudantes construam seus projetos de vida e de carreira de maneira mais gradual e consciente.

Com base na discussão sobre a formação técnica e superior, e considerando seus desdobramentos históricos sob a influência de políticas educacionais neoliberais, buscou-se sintetizar as principais características de ambas as modalidades. A análise a seguir permite refletir criticamente sobre como esses modelos são estruturados, proporcionando uma visão holística de suas dinâmicas de funcionamento e inserção social. As distinções fundamentais entre os dois níveis de ensino estão detalhadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Análise comparativa entre a formação técnica e o ensino superior com base em critérios estruturais e de inserção no mercado de trabalho.

CRITÉRIO	EPT	ENSINO SUPERIOR
Tempo de formação	Cursos geralmente de menor duração, variando em média entre 1 e 2 anos, dependendo da modalidade e da organização curricular	Cursos de maior duração, normalmente entre 4 e 5 anos, podendo variar conforme a área de formação.
Custo	Pode ser ofertada gratuitamente em instituições públicas, como Institutos Federais e escolas técnicas, além de instituições privadas com diferentes valores de mensalidade.	Também ofertado em instituições públicas e privadas. Nas universidades públicas o acesso é gratuito, enquanto nas instituições privadas pode envolver custos elevados.
Finalidade formativa	Formação voltada à articulação entre conhecimentos científicos, tecnológicos e práticos relacionados ao mundo do trabalho.	Formação voltada ao aprofundamento teórico e científico, articulando ensino, pesquisa e extensão.
Estrutura Curricular	Currículos geralmente mais focados na formação técnica e profissional, podendo apresentar maior flexibilidade e integração com contextos produtivos.	Estrutura curricular mais longa e sistematizada, com maior ênfase na formação acadêmica e no desenvolvimento de pesquisa.
Flexibilidade	Formação mais adaptável à realidade dos estudantes e às mudanças do setor produtivo	Rígida quanto à estrutura curricular e menos adaptada a realidades locais
Possibilidades de continuidade formativa	Permite continuidade de estudos em níveis superiores de ensino, incluindo graduações e outras formações	Possibilita continuidade acadêmica por meio de especializações, mestrado e doutorado.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no referencial bibliográfico (2026).

Com base nos dados apresentados, observa-se que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e o Ensino Superior ocupam nichos distintos, mas complementares, no cenário educacional. Enquanto a EPT se destaca pela agilidade e adaptabilidade, funcionando como uma resposta imediata às demandas do setor produtivo e uma via de inclusão social rápida, o Ensino Superior mantém o foco no aprofundamento acadêmico e na especialização de longo prazo. Essa dicotomia revela que, sob a lógica de eficiência atual, a formação técnica é priorizada pela sua flexibilidade e menor custo, enquanto o ensino de nível superior exige um investimento maior de tempo e capital, consolidando-se como uma trajetória de progressão contínua e estruturada.

Nesse sentido, em comparação ao tempo de formação de cada modalidade, percebe-se que o percurso para formação na EPT é mais rápido, tendo em vista o seu objetivo de rápida inserção no mercado de trabalho, o que também necessita de reflexão, pois o projeto educacional materializado no Brasil nas últimas décadas tem sido orientado pelas normativas neoliberais, fato que esse que reverbera na qualidade da educação ofertada. Por isso alerta-se e cabe aproximar-se do discurso contra hegemônico que entende que esse processo formativo não precisa se restringir a um decurso que forma os estudantes apenas para preencherem as vagas no mercado privado, mas que esse processo subsidie esses sujeitos para a compreensão da sociedade e se apropriando dos bens socialmente produzidos.

Reafirmando essa postura, concorda-se com Lopes e Gomes (2022) que ao fazerem uma reflexão da EPT com aproximações ao pensamento de Freire desvelam que a modalidade supracitada precisa se relacionar com a perspectiva crítica de formação, criando uma interlocução entre os cursos, a realidade e também o mundo do trabalho, o pensamento das autoras em coadunação com a perspectiva freiriana demonstra que esse processo não pode ser alheio à sociedade ou ao campo de trabalho, necessitamos de uma formação que resguarde esses sujeitos para possuírem autonomia para compreenderem e intervirem no mundo. O custo é outra questão que foi comparado no quadro acima.

O financiamento da educação no Brasil enfrenta grande resistência, diferente de países mencionados ao longo da discussão, sobretudo, dos países baixos que

embora expandiram a formação técnica, essa por sua vez não se limita a formações restritas, porém com a valorização no mercado de trabalho e outros elementos que favorecem esse tipo de formação, diferente do contexto nacional. Os cursos técnicos e superiores são ofertados tanto na rede pública quanto na privada, em institutos federais, em colégios técnicos e também nas universidades, muito embora a última tenha ofertado mais cursos voltados para a formação em nível superior. A formação tem sido muito analisada pelos estudantes que buscam apreender quais são as chances de empregabilidade, plano de carreira e dentre outros direitos.

Partindo da atual conjuntura no país, marcada sobretudo pelas inquições do mercado privado, tanto técnicos quanto graduados possuem dificuldades para inserção no mercado de trabalho. No entanto, segundo a Pesquisa de Acompanhamento de Egressos 2023-2025 do SENAI, 86,7% dos ex-estudantes de cursos técnicos conseguem ingressar no mundo do trabalho em até um ano após a formação (SENAI, 2026), o que motiva a busca por formações de curta duração.

Já por outro lado, segundo estudo da mencionada OCDE, demonstra que curso de nível superior pode garantir melhores condições de trabalho e até dobrar o salário (Agência Brasil, 2025). Ambos os contextos apresentam suas lacunas e potencialidades, por isso a necessidade de os estudantes terem autonomia para escolherem o que querem buscar, não apenas receberem a formação como determinação social.

Nessa mesma linha condutora, vale lembrar que a arquitetura dos cursos EPT e graduação possuem uma organicidade diferenciada, pois enquanto a graduação foca na formação, extensão e pesquisa como triplice que sustenta as universidades, a EPT por outro apesar de também de produzir esses aspectos e com bons resultados, tem focado mais na formação, por isso cada modalidade formação necessita ser compreendida dentro de sua conjuntura, levando em consideração que na graduação há mais rigor, exige maior tempo, mais envolvimento, pesquisa, estudos e a EPT se apresenta mais flexível em alguns aspectos como o tempo, estágios mais breves e outros, por isso tem se tornado mais atraente.

Nesse sentido, corrobora-se com as reflexões de Ramos (2008, p. 53) quando menciona que “a educação profissional possui especificidades próprias, relacionadas

à formação para o trabalho e à articulação entre conhecimentos científicos, tecnológicos e práticos”, cumprindo uma função importante na formação dos sujeitos. Já a universidade, de acordo com Santos (2004, p. 65) elucida que “a universidade moderna se organiza a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, constituindo um espaço [...] de produção e difusão do conhecimento.” Com base na colocação dos autores, entende-se que as modalidades possuem suas especificidades, objetivos e cumpre uma função muito importante na articulação entre escola e sociedade.

#### **4 CONCLUSÃO**

A investigação conduzida permite concluir que a histórica dualidade entre o saber acadêmico e o técnico no Brasil não é um fenômeno natural, mas uma construção social e política que estruturou um sistema educacional marcado por desigualdades. Os resultados evidenciam que a EPT, frequentemente reduzida a uma formação instrumental para o mercado, encontra na expansão da Rede Federal e na criação dos Institutos Federais um caminho para superar essa visão, promovendo uma educação que articula ciência, tecnologia, cultura e trabalho.

Constatou-se que a valorização efetiva da formação técnica ocorre quando técnica, ciência e cidadania se integram em um projeto educativo emancipatório, conforme os pressupostos da pedagogia histórico-crítica. No plano institucional, o princípio da verticalização surge como um avanço organizacional relevante, pois amplia as possibilidades de continuidade acadêmica e favorece a integração curricular dentro da mesma instituição.

Entretanto, conclui-se que a convivência entre o ensino técnico e o superior exige um esforço institucional permanente para que a identidade original da EPT, ancorada no desenvolvimento regional e na inclusão social, não seja ofuscada por uma lógica exclusivamente acadêmica. A pesquisa reafirma que a EPT deve ser compreendida como complementar, e não concorrente, ao trabalho das universidades.

Por fim, a valorização da EPT ancora-se em três eixos fundamentais identificados nesta análise:

- O potencial para reduzir a evasão escolar e ampliar o acesso qualificado ao mundo do trabalho;
- A preservação da centralidade da formação técnica nos Institutos Federais frente à expansão do ensino superior;
- O reconhecimento social e econômico do técnico como profissional estratégico para o desenvolvimento nacional.

Em síntese, a formação técnica deve afirmar-se como uma trajetória educacional autônoma e coerente com os projetos de vida dos indivíduos, exigindo políticas de carreira atrativas e investimento contínuo na valorização docente para além do plano normativo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Cursos superiores podem dobrar salário, aponta OCDE.** Agência Brasil, Brasília, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-09/ensino-superior-no-brasil-pode-mais-que-dobrar-salario>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIG-REGISTER. **About the BIG-register.** Government of the Netherlands, [S. l.], 2026. Disponível em: <https://english.bigregister.nl/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 15 de dezembro de 2020.** Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, 16 dez. 2020, p. 81. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-cne-cp-002-2020-12-10.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 14 mar. 2026.

CAMPOS, Ana Cristina; PONTES, Fernanda. **Governo lança nova etapa do Pronatec com 2 milhões de vagas.** Agência Brasil, Brasília, 2016. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/governo-lanca-nova-etapa-do-pronatec-com-2-milhoes-de-vagas>. Acesso em: 8 mar. 2026.

CASTILHO, Sílvio Antônio Cardoso de. **Educação profissional, técnica e tecnológica no Brasil: repensando a formação profissional e o mundo do trabalho**. Revista Caderno Pedagógico, Curitiba, v. 21, n. 7, p. 1-24, 2024.

Disponível em:

<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5348>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CEDEFOP. **Vocational education and training in Europe: Netherlands**.

Luxemburgo, 2022. Disponível em: <https://www.cedefop.europa.eu/en/tools/vet-in-europe/systems/netherlands-u2>. Acesso em: 7 mar. 2026.

CEEP. **Educação profissional: histórico e desafios**. Curitiba: CEEP, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Mapa do Trabalho Industrial 2025-2027**. Brasília: CNI, 2024. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 14 mar. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Retratos da sociedade brasileira: educação profissional**. Brasília: CNI, 2014. Disponível em:

[https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/8a/d1/8ad104b8-86d9-4c22-a80d-9c10db06e32c/retratosdasociedadebrasileira\\_14\\_educacaoprofissional.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/8a/d1/8ad104b8-86d9-4c22-a80d-9c10db06e32c/retratosdasociedadebrasileira_14_educacaoprofissional.pdf). Acesso em: 18 abr. 2025.

FIEPB. **Paraíba precisa qualificar 147 mil profissionais até 2027, segundo SENAI**. João Pessoa, 18 out. 2024. Disponível em:

<https://www.fiepb.com.br/index.php/noticia/paraiba-precisa-qualificar-147-mil-profissionais-ate-2027-segundo-senai>. Acesso em: 14 mar. 2026.

FIRJAN. **Rio de Janeiro precisa qualificar 909,7 mil profissionais até 2027, segundo SENAI**. Rio de Janeiro, 21 out. 2024. Disponível em:

<https://www.firjan.com.br/noticias/mapa-do-trabalho-industrial-2025-2027-cni.htm>. Acesso em: 14 mar. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2024**. Brasília: MEC/INEP, 2024.

LAVOCAT, Maria Eduarda. **Pesquisa aponta lacunas entre ensino superior e mercado de trabalho**. ABET, 2024. Disponível em: <https://abet-trabalho.org.br/pesquisa-aponta-lacunas-entre-ensino-superior-e-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LOPES, Camila Budim; GOMES, Iza Reis. **Reflexões sobre o legado de Paulo Freire e a EPT: metodologias ativas para práticas educativas**. Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v. 27, n. 2, 2022.

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. **Educação profissional no Brasil: expansão para quem?** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 732-754, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Guia para implementação do itinerário da formação técnica e profissional no ensino médio**. Brasília: MEC/SETEC, 2021.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, Natal, v. 2, p. 4-30, 2007.

NASCIMENTO, José Antônio; BEZERRA, Maria Cristina. **A dualidade educacional e o ensino técnico no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 13, n. 52, p. 234-250, 2013.

NUFFIC. **Education systems: The Netherlands**. Haia, 2024. Disponível em: <https://www.nuffic.nl/en/education-systems/the-netherlands>. Acesso em: 7 mar. 2026.

O DIA. **Indústria carece de mão de obra especializada; governo e órgãos tentam capacitar profissionais**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://odia.ig.com.br>. Acesso em: 14 mar. 2026.

O TEMPO. **Tem gente formada com salário de ensino médio**. Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://www.otempo.com.br>. Acesso em: 14 mar. 2026.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de; SOUZA, Francisco das Chagas Silva; OLIVEIRA, Veroneide Maria de. **Expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte no século XXI**. Contexto & Educação, v. 38, n. 120, 2023.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Education at a Glance 2025: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2025.

PAÍSES BAIXOS. Ministério da Educação, Cultura e Ciência. **Werkagenda mbo 2023-2027**. Haia: Rijksoverheid, 2023.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMOS, Marise. **Filosofia da educação profissional: fundamentos e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.  
SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). **Pesquisa de Acompanhamento de Egressos 2023-2025**. Brasília: SENAI, 2026. Disponível em: <https://imprensa.portaldaindustria.com.br/releases/867-dos-formados-em-cursos-tecnicos-do-senai-conseguem-emprego-em-ate-um-ano/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

SENNA, Sérgio do Nascimento. **Educação profissional técnica integrada ao ensino médio: o princípio de flexibilidade**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2018.

SILVA, Denise Bianca Maduro; HEIJMANS, Rosemary; MOREIRA, Priscila. **Educação profissional técnica e tecnológica no Brasil: uma construção dual**. Trabalho & Educação, v. 29, n. 3, p. 151-168, 2020.

TELECHI, Danilo dos Santos; DUARTE, Glaucius Décio. **A valorização profissional do Técnico em Edificações em tempos de mudança: o que a história nos ensina**. Revista Thema, Pelotas, v. 23, n. 2, p. 353-372, 2024.